

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

CAROLINA DE GODOY VIGNALI

**SOB A GUARDA DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:
A EXPERIÊNCIA DE ACOLHER CRIANÇAS NAS CASAS DE BAURU**
**Reportagem longform hipermídia sobre o acolhimento familiar
e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes**

BAURU

2023

CAROLINA DE GODOY VIGNALI

**SOB A GUARDA DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:
A EXPERIÊNCIA DE ACOLHER CRIANÇAS NAS CASAS DE BAURU**
**Reportagem longform hipermídia sobre o acolhimento familiar
e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes**

Relatório do Projeto Experimental do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientação: Profa. Dra. Angela Maria Grossi

BAURU

2023

V679s Vignali, Carolina

Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru : Reportagem longform hipermídia sobre o acolhimento familiar e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes / Carolina Vignali. -- Bauru, 2023

41 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Comunicação Social: Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru

Orientadora: Angela Maria Grossi

1. Narrativa longform. 2. Reportagem hipermídia. 3. Jornalismo especializado. 4. Família acolhedora. 5. Acolhimento familiar. I. Título.

CAROLINA DE GODOY VIGNALI

**SOB A GUARDA DA FAMÍLIA ACOLHEDORA:
A EXPERIÊNCIA DE ACOLHER CRIANÇAS NAS CASAS DE BAURU**
**Reportagem longform hipermídia sobre o acolhimento familiar
e a proteção dos direitos de crianças e adolescentes**

Relatório do Projeto Experimental do Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo da UNESP, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Angela Maria Grossi
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Ass. Maria Cristina Gobbi
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Ass. Mauro de Souza Ventura
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Bauru, 1º de dezembro de 2023

A reportagem *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru*, produzida com Trabalho de Conclusão de Curso pode ser acessada nos seguintes links:

www.carolinavignali.com

ou

https://drive.google.com/drive/folders/1sdejWCia9bCbiz-V7kTb4sTA-TA2s5ml?usp=drive_link

RESUMO

Este relatório detalha a construção da reportagem *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru*. O produto jornalístico trata-se de uma narrativa longform em formato hipermídia cujo objetivo é apresentar e dar visibilidade ao serviço de família acolhedora. Acolhimento familiar ou família acolhedora é uma medida protetiva garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e representa 5,44% dos acolhimentos do Brasil e 29,23% dos acolhimentos do município de Bauru, interior de São Paulo. Os dados mencionados são do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do Conselho Nacional de Justiça e serviram como direcionamento para a apuração. A metodologia de execução da reportagem se vale da pesquisa documental, análise dos dados e entrevistas com agentes da proteção dos direitos da criança e do adolescentes. Uma vez que o Estatuto assegura a toda criança o direito à convivência familiar e indica que cabe à sociedade garantir a efetivação dele, o material visa atingir todos os munícipes, em especial aqueles com potencial para acolher. Para tanto, a reportagem textual foi publicada de maneira digital em um site.

Palavras-chave: Narrativa longform. Reportagem hipermídia. Jornalismo Especializado. Família acolhedora. Acolhimento familiar. Direitos da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT

The present report details the development of the article *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru*. The journalistic product is a longform hypermedia story with the aim of introducing and bringing visibility to the foster family service. This policy, also known as foster care or family-based care, is provided for in Brazil's *Estatuto da Criança e do Adolescente*. It represents 5,44% of all children in care in Brazil - whether in foster care or shelter care - and 29,23% in Bauru, a city in São Paulo. The mentioned data is from *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*, supplied by Brazil's *Conselho Nacional de Justiça*, and it guided the investigation. The methodology for conducting the article involved documentary research, data analysis, and interviews with individuals concerned about protecting children's rights. The *Estatuto da Criança e do Adolescentes* guarantees every child the right to family living, and indicates that society is responsible for ensuring its implementation. Therefore, the journalistic product targets every person, especially potential foster families. The text is published online on a website.

Key-words: Journalism. Longform story. Hypermedia narrative. Foster care. Foster family. Family-based care. Child rights.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Acolhimentos ativos em Bauru em agosto de 2023.....	22
Gráfico 2 - Idade no início do acolhimento familiar em Bauru entre 2019 e 2023.....	23
Gráfico 3 - Duração dos acolhimentos familiares em Bauru entre 2019 e 2023.....	23
Gráfico 4 - Cor das crianças em acolhimento familiar em Bauru e no Brasil.....	24
Gráfico 5 - Motivos do acolhimento familiar em Bauru entre 2019 e 2023.....	24
Gráfico 6 - Vagas nos serviços de acolhimento de Bauru.....	25
Gráfico 7 - Acolhimentos ativos no Brasil em agosto de 2023.....	25
Gráfico 8 - Motivos do desacolhimento familiar em Bauru entre 2019 e 2023.....	26
Gráfico 9 - Motivos do desacolhimento familiar entre 2019 e 2023.....	26
Gráfico 10 - Cor das crianças em acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023.....	27
Gráfico 11 - Motivos do acolhimento familiar entre 2019 e 2023.....	28
Gráfico 12 - Motivos do acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023.....	28
Gráfico 13 - Cor das crianças em acolhimento familiar entre 2019 e 2023.....	29
Gráfico 14 - Idade no início do acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023.....	29
Tabela 1 - Gastos do projeto.....	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logotipo da reportagem.....	20
Figura 2 - Logotipo da reportagem vazado.....	20
Figura 3 - Logotipo da reportagem contorno.....	20
Figura 4 - Logotipo nacional da família acolhedora.....	21
Figura 5 - Paleta de cores do projeto.....	21

LISTA DE SIGLAS

CNJ = Conselho Nacional de Justiça

CMDCA = Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente

FACOL = Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

FUNDATO = Fundação Toledo

LAI = Lei de Acesso à Informação

OT = Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

POC = Pequenos Obreiros do Curuçá

SEBES = Secretaria Municipal do Bem-Estar Social

SNA = Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

SUAS = Sistema Único de Assistência Social

UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	GÊNERO E FORMATO.....	12
2.1	Gênero.....	12
2.2	Formato.....	13
3	METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.....	15
3.1	Pré-produção.....	15
3.2	Produção.....	16
3.3	Pós-produção.....	18
4	DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	19
4.1	Público de interesse.....	19
4.2	Design gráfico-editorial.....	19
4.3	Custos de execução.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
	APÊNDICES.....	35

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura a convivência familiar e comunitária a toda criança e adolescente. Consta no artigo 19 o direito à criação e educação no seio da família de origem e, de forma excepcional, em uma família substituta (Brasil, 1990). No entanto, violações de direitos no contexto familiar podem levar ao afastamento de crianças da família de origem, por meio de medida judicial. Nestes casos, os serviços de acolhimento entram em ação.

Os serviços de acolhimento compõem o Sistema Único de Assistência Social, são eles: o institucional (abrigo e casa-lar) e a família acolhedora. Segundo o artigo 34 do ECA, “a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional” (Brasil, 1990). A medida protetiva de família acolhedora surge em 2009 para garantir o direito à convivência familiar, além de o cuidado e a proteção individuais. O mesmo artigo 34 define que “o poder público estimulará o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar” e “a União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública” (Brasil, 1990).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (FACOL) organiza e acompanha o acolhimento temporário de crianças e adolescentes em residências de famílias selecionadas e preparadas por uma equipe técnica, composta por profissionais da área da assistência social e da psicologia. De volta ao Estatuto, o artigo 98 coloca que as medidas de proteção são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável (Brasil, 1990).

No município de Bauru, interior do estado de São Paulo, duas entidades prestam o serviço de acolhimento em família acolhedora: a Fundação Toledo (FUNDATO) e a Organização da Sociedade Civil Pequenos Obreiros de Curuçá (POC), em parceria com a Secretaria do Bem Estar Social (Sebes), dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), onde se enquadram como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Crianças e Adolescentes.

O artigo 92 do ECA estabelece princípios para as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar, entre eles: preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar, não desmembramento de grupos de irmãos e preparação gradativa para o desligamento. As famílias acolhedoras são formadas por pessoas da

sociedade civil que, por um período de tempo, acolhem meninas e meninos nas casas delas para oferecer proteção enquanto a família definitiva deles é determinada.

Este relatório detalha a construção da reportagem *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru*, uma narrativa jornalística longform em formato hipermídia com uso de dados, desenvolvida como projeto experimental do Trabalho de Conclusão de Curso, sobre o serviço de acolhimento familiar e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes, em especial no município de Bauru.

Menos de 5% dos acolhimentos de crianças e adolescentes são em família acolhedora, e a baixa abrangência é proporcional ao desconhecimento do serviço pela sociedade. Neste cenário, a motivação da reportagem se vale do jornalismo como forma de divulgação e sensibilização quanto a temas sociais. A relevância da pauta se apoia nos benefícios - apontados ao longo da reportagem - do acolhimento em família acolhedora, bem como por este ser um recurso da garantia de direitos da criança disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o ECA, cabe não só ao Estado e à família, mas a toda sociedade proteger os direitos das crianças e adolescentes. A família acolhedora é uma modalidade que depende do envolvimento de civis para a execução dela. Isso posto, a sociedade se beneficia deste produto ao encontrar o funcionamento do serviço de maneira completa e aprofundada, bem como potencializada pelos relatos de experiências de treze pessoas que atuam no serviço. Para os bauruenses, o material contribui ao mapear o cenário do acolhimento no município.

Embora o serviço esteja presente na mídia - em especial por meio de entrevistas publicadas pelas entidades de acolhimento e de notícias em portais de Prefeituras e sites jornalísticos - existem limitações quanto a conteúdos com maior abrangência do tema. A reportagem longform contribui para o campo jornalístico ao ser pioneira no aprofundamento e interpretação do serviço de acolhimento familiar por meio dos relatos de fontes envolvidas na FACOL e da divulgação aberta dos dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI).

O contato inicial com o tema se deu durante a produção de uma pauta destinada ao jornal Cidade 360° da rádio 96FM Bauru. Para a autora, dar continuidade ao assunto no projeto experimental possibilitou atuar no jornalismo longform por meio de uma apuração crítica e profunda sobre a garantia dos direitos das crianças - um antigo interesse pessoal. Abordar realidades vividas por bebês, crianças e adolescentes em medida protetiva ajudou a desenvolver estratégias de humanização do jornalismo tanto na condução das entrevistas sobre assuntos sensíveis como na análise dos dados sobre pessoas menores de idade com direito à privacidade.

O contato com as bases de dados do SNA/CNJ, Censo SUAS, e Censo Demográfico despertou, em especial, um interesse já existente no jornalismo de dados e no potencial dele para guiar o trabalho da imprensa.

A reportagem tem como objetivos apresentar ao leitor o que é acolhimento familiar, por meio de uma abordagem humanizada e representativa, possibilitada pelas histórias das famílias que acolhem e pelo embasamento técnico e constitucional sobre o serviço de acolhimento familiar. Atrelado a isso, busca-se ainda a divulgação ampla e de fácil acesso não somente aos dados sobre acolhimentos obtidos via LAI, como também à interpretação e à visualização deles.

O encaminhamento da pauta, dentro do jornalismo especializado nas temáticas sociais e dos direitos, tem o objetivo de fornecer informações para que todo leitor seja capaz de perceber a importância e a dimensão desta medida protetiva individualizada - que depende do envolvimento da sociedade civil - no município de Bauru e no cenário nacional.

Por meio da disseminação de informação e do compartilhamento de histórias de vida, tem-se ainda como objetivo sensibilizar e atingir pessoas com potencial de dar continuidade à divulgação, apoiar o serviço ou se tornar família acolhedora.

Diante do exposto, este relatório aborda os passos do desenvolvimento da reportagem. Além da estrutura do relatório, no Capítulo 1 foram apresentadas a justificativa e os objetivos que guiaram a apuração. Em seguida, o Capítulo 2 abarca a fundamentação teórica do gênero e formato escolhidos. A metodologia de produção - desde a pauta até a divulgação em site - são abordadas no Capítulo 3, dividido entre pré-produção, produção e pós-produção. Já o Capítulo 4 traz os detalhes do produto em sua última versão publicada, por meio da descrição do público de interesse, do design gráfico-editorial e dos custos destinados à reportagem. Por fim, os resultados e as considerações finais da autora sobre a produção e publicação estão no Capítulo 5.

2 GÊNERO E FORMATO

Este capítulo traz as justificativas teóricas quanto à escolha de concretizar as ideias iniciais por meio de uma reportagem textual digital, do gênero jornalístico interpretativo no formato longform e hipermídia.

2.1 Gênero

A reportagem *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru* é um exemplo do gênero jornalístico interpretativo, que para Erbolato (1991, p. 31), também pode ser chamado de jornalismo em profundidade, jornalismo explicativo ou jornalismo motivacional.

Luiz Beltrão considera a interpretação inerente à atividade jornalística. Segundo o autor "a interpretação jornalística consiste no ato de submeter os dados recolhidos no universo das ocorrências atuais e ideias atuantes a uma seleção crítica, a fim de proporcionar ao público os que são realmente significativos" (Beltrão, 1976, p. 12). A construção do material se deu sob vista da seleção crítica apontada pelo autor, com o objetivo de oferecer as variadas nuances da realidade do serviço de família acolhedora.

A reportagem interpretativa é minuciosa e procura antecedentes para projetar uma visão futura, coloca Beltrão (1976). Para tanto, esse prognóstico deve ser “atilado, sóbrio e inteligente, para não cair em demasias subjetivas” (Beltrão, 1976, p. 48). A análise dos dados e consequente interpretação pela autora da reportagem e pelas fontes de informação, embasaram a apresentação do cenário atual e dos caminhos do serviço, apontando os pontos de atenção - seja pelo destaque positivo ou negativo. O autor (Beltrão, 1976) ainda aponta que cabe à massa - no caso, os leitores - a interpretação por ela mesma, diante do exposto no produto.

Os elementos do jornalismo interpretativo para Beltrão são: os antecedentes do fato e a projeção do futuro, com prognósticos, redigida em informação íntegra e analisada, mas sem diagnóstico. Os autores Leandro e Medina (1973, p. 23), por sua vez, colocam que a reportagem interpretativa “reconstitui o já no antes e no depois” .

Deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente. Através da complementação de fatos que situem ou interpretem o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do

humano permanente no acontecimento imediato, a grande reportagem é interpretação do fato jornalístico. (Leandro; Medina, 1973, p. 23).

Por meio da contextualização, a reportagem se vale dos elementos apontados pelos autores, como o aprofundamento na breve história do serviço no país, a apresentação de casos antecedentes e a humanização dos personagens envolvidos. Neste contexto, a cautela e abrangência do jornalismo interpretativo foram essenciais para concretizar os objetivos planejados.

2.2 Formato

Diante do gênero jornalístico interpretativo, um produto extenso se torna requisito. *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru* trata-se de uma narrativa jornalística digital textual em formato longform e hipermídia.

O formato longform foi escolhido por não trazer limitações quanto a extensão necessária para o aprofundamento do tema, além de preferências pessoais da autora pelas matérias jornalísticas impressas e digitais. A apropriação do formato levou em consideração as restrições quanto a imagens, vídeos e áudios de crianças em acolhimento, de maneira a preservar as identidades. Ainda assim, as fotos dos adultos envolvidos, os elementos visuais e os recursos gráficos permitiram que a reportagem se tornasse também hipermídia.

Alciane Baccin (2017) entende que as narrativas longform não são um modelo próprio do ambiente digital, mas que migram do jornalismo impresso, televisivo e radiofônico. No caso desta reportagem, o digital foi escolhido devido a facilidade de divulgação e familiaridade do público com os sites de notícias¹. Para Longhi (2014), o longform é uma evolução do texto jornalístico dentro do ambiente online. A apresentação da narrativa longform se deu por meio de um site e a leitura consiste em uma narrativa verticalizada, pela barra de rolagem.

Os autores Longhi e Winques (2015) apontam que o jornalismo online vem sendo ocupado por textos jornalísticos mais longos e aprofundados, já que neste meio e formato o texto encontra um terreno fértil para consolidar as características relativas às diferentes formas de apresentar as narrativas longas. Eles recorrem a Fischer para apresentar o longform como “um nível mais aprofundado de relato, que vai além do padrão cotidiano da produção” e

¹ A reportagem encontra-se disponível em: carolinavignali.com ou https://drive.google.com/drive/folders/1sdejWCia9bCbiz-V7kTb4sTA-TA2s5ml?usp=drive_link

“narrativas atraentes, frequentemente com elementos multimídia, que realçam o artigo” (Fischer, 2013 apud Longhi; Winqes 2015).

De acordo com os autores, “o texto longo se destaca não apenas pelo formato, mas também pela apuração, contextualização e aprofundamento. Textos com essa característica propõem uma leitura mais lenta e um leitor disposto a dedicar tempo para a mesma” (Longhi; Winqes, 2015, p. 113). Nesse sentido, Longhi e Winqes (2015) reforçam que a abundância do texto verbal sinaliza um resgate da qualidade, apuração e contextualização já conhecidos do jornalismo impresso, consagrados em especial pela reportagem.

Baccin (2017) apresenta características das narrativas jornalísticas hipermídia longform, com a citação de oito elementos de qualidade: aprofundamento do tema, contextualização/memória, uso de base de dados, humanização da narrativa, hipertextualidade, imersão, multimidialidade, interatividade. Em maior ou menor frequência, todos os elementos aparecem na reportagem, em especial os quatro primeiros.

Por meio de textos longos, bem construídos e recheados de detalhes, porque requerem aprofundamento e cuidadosa apuração; conseguem abordar acontecimentos passados; trazer dados que esclarecem situações, depoimentos que expõem explicações sobre determinada ação. O longform vem colaborar com esse ganho qualitativo das narrativas jornalísticas, pois potencializa o uso desses elementos na construção das reportagens. As iniciativas do jornalismo no ambiente digital de construir narrativas hipermídia longform têm garantido o aproveitamento de potencialidades do meio e possibilitado que a reportagem na web e nos dispositivos móveis inove se reconfigure como um produto com características próprias deste ambiente. (Baccin, 2017, p. 97).

A escolha do formato trouxe o ganho qualitativo apontado acima pelos autores, uma vez que a reportagem longform - com milhares de palavras - e hipermídia - com fotos, gráficos e elementos visuais - permitiu abordar com profundidade e abrangência o serviço de família acolhedora dentro do campo do jornalismo especializado nas temáticas sociais e dos direitos. Para tanto, foi preciso delimitar as etapas da produção ao longo dos meses.

3 METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

Neste capítulo, estão apresentadas as atividades referentes a cada etapa de desenvolvimento da reportagem, da pré à pós-produção. A metodologia de execução da reportagem considerou o levantamento de dados sobre acolhimento familiar, pesquisas documentais sobre o serviço e entrevistas com pessoas que atuam na área.

A organização do material de execução foi de maneira digital em uma pasta compartilhada no Google Drive, que abrigou as etapas que constam abaixo.

3.1 Pré-produção

A ideia de uma reportagem sobre família acolhedora surge em junho de 2023 no contato com pessoas envolvidas no acolhimento em Bauru, a fim de conhecer o tema e entender a forma como o serviço é trabalhado no município. A etapa de pré-produção foi realizada durante os meses de junho e julho, e teve início com reuniões de orientação entre a autora e a professora orientadora Angela Grossi.

Nas orientações, foi definido o formato e gênero da reportagem: narrativa longform com uso de dados e recursos hipermídia. Após as primeiras noções, a construção da pauta ampliada (vide Apêndice A) apontou o encaminhamento desejado para o texto. A ideia foi um material que unisse os dados existentes, conteúdos técnicos e histórias pessoais para retratar o que é família acolhedora de maneira humanizada e representativa.

Com a pauta finalizada, foi criado um cronograma que envolveu as etapas de apuração, análise de dados, entrevistas, transcrições, redação e publicação. A apuração começou em julho e se deu a partir de pesquisas documentais em materiais disponíveis na internet sobre Direitos da Criança e do Adolescente, acolhimentos de crianças e adolescentes e família acolhedora. Os seis cadernos do [Guia de Acolhimento Familiar](https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar)², lançado pelo Governo Federal, foram de grande valia para o entendimento da amplitude do tema. Outros guias para jornalistas foram úteis na produção, como o [Guia Para Jornalistas Censo 2022](https://censo2022.ibge.gov.br/pecas-de-divulgacao/guia-do-censo-para-jornalistas.html)³, [Guia sobre Drogas para Jornalistas](https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Guia-sobre-Drogas-para-Jornalistas-PBPD.pdf)⁴ e o [Manual de Comunicação LGBTI](https://grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf)⁵.

² Disponíveis em: familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar

³ Disponível em: censo2022.ibge.gov.br/pecas-de-divulgacao/guia-do-censo-para-jornalistas.html

⁴ Disponível em: pbpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Guia-sobre-Drogas-para-Jornalistas-PBPD.pdf

⁵ Disponível em: grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf

Somam-se à pesquisa as leituras de trabalhos acadêmicos, de produtos jornalísticos e de materiais de divulgação do serviço, além de outras entrevistas em vídeo e podcasts com pessoas envolvidas no acolhimento. O momento da apuração também foi usado para estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e a Lei de Acesso à Informação - para que um pedido de sucesso pudesse ser encaminhado.

Durante as pesquisas, foi identificado que as bases de dados mais adequadas para as análises na reportagem seriam aquelas coletadas pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O órgão disponibiliza em seu site um dashboard com dados sobre os acolhimentos no Brasil, no entanto, era necessário obter a base de dados original em arquivo csv. referente ao município de Bauru e a cada ano de coleta. Para tanto, um pedido via LAI foi encaminhado para o CNJ no final de julho. As bases de dados chegaram no começo de agosto.

O órgão estrutura e reúne os dados de cada município de maneira regulamentada desde 2019. A ideia inicial seria considerar a série histórica desde o nascimento da política pública no Brasil e em Bauru, mas o retorno do CNJ informou que não há registros consistentes anteriores a 1º de janeiro de 2019. Tendo em vista a qualidade do material coletado, o período definido para a abrangência da reportagem se refere àquele entre janeiro de 2019 a agosto de 2023. O recorte final no mês de agosto foi delimitado para que fosse possível trabalhar com números invariáveis, mas o mais atuais possível.

3.2 Produção

A etapa de produção compreende os meses de agosto, setembro e metade de outubro. A partir das análises realizadas, foi feita uma lista de tópicos de interesse que, depois, deram origem às perguntas de cada uma das entrevistas. As fontes foram escolhidas a partir da relevância no serviço de acolhimento familiar no âmbito municipal e nacional. Buscou-se ouvir pessoas que pudessem abordar as normas do serviço, as questões legais e as experiências dentro de cada casa. As entrevistas foram realizadas em setembro e divididas entre fontes pessoais e fontes especializadas. Entrevistas com sete pessoas, de cinco famílias acolhedoras, compõem as fontes pessoais. Um dos objetivos foi trazer acolhedores diversos quanto a cor, classe social e orientação sexual.

Algumas fontes contatadas não renderam entrevistas, são elas: uma mãe biológica que teve seus filhos reintegrados, uma família acolhedora homoafetiva, a presidente da Secretaria

Municipal do Bem Estar Social (SEBES), a secretária executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, um representante da Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e a chefe de proteção da criança do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ainda assim, as fontes entrevistadas foram capazes de abarcar todos os temas apresentados.

As fontes especializadas municipais foram: o promotor da Vara da Infância e Juventude de Bauru, e seis membros das equipes de assistência social e psicologia da POC e da FUNDATO. Todas as entrevistas sobre o acolhimento em Bauru foram realizadas no mês de setembro de maneira presencial. Uma nova entrevista foi agendada no mês de outubro com o promotor para checagem de novas informações. Para a transcrição das entrevistas, foi usada a ferramenta Pinpoint, da Google.

Para tratar do Brasil, Julia Salvagni foi a pessoa escolhida, já que é uma referência nacional no serviço de acolhimento familiar: psicóloga, mestre em Direitos Humanos e Cidadania, coordenadora do Aconchego (único serviço de acolhimento do Distrito Federal) e membro da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora. Por residir em Brasília, a entrevista foi realizada por vídeo chamada.

Durante a produção, os dados brutos passaram por limpeza, categorização e análises. O processo de limpar os dados acarretou em algumas perdas devido a erros na etapa de preenchimento pelo órgão responsável. Entre janeiro de 2019 e agosto de 2023, a base de dados nacional tinha 8.259 registros de entrada de crianças ou adolescentes em acolhimento familiar. No entanto, em 36 deles, a data de desacolhimento não é compatível com a data de entrada. Devido às inconsistências, esses registros foram eliminados, o que acarretou na perda de 0,41% dos dados originais sobre acolhimento familiar. Quanto aos acolhimentos institucionais, dos 162.063 registros entre janeiro de 2019 e agosto de 2023, 1.533 casos foram desconsiderados por dois motivos: desacolhimento sem data de saída e data de desacolhimento não compatível com a data de entrada. A perda nos dados originais sobre acolhimentos institucionais foi de 0,94%.

A base de dados principal explorada pela reportagem se refere aos acolhimentos familiares entre 2019 e 2023 no Brasil. Também foram usadas as bases: Censo Demográfico 2010 e 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo SUAS 2022 do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de dados enviados pela FUNDATO e POC.

Compreendida entre os quinze primeiros dias de outubro, a redação da reportagem se deu em narrativa longform a partir dos dados e dos relatos dos entrevistados. A estrutura do texto seguiu a lista de tópicos de interesse e a divisão de assuntos foi feita a partir de subtítulos. A escrita exigiu retornar à pré-produção para analisar outros dados com maior profundidade e às fontes para sanar dúvidas que surgiram nesta etapa.

3.3 Pós Produção

A etapa de pós-produção teve duração de cerca de um mês, desde a metade de outubro até o começo de novembro. Esse tempo foi dedicado às revisões do texto pela graduanda e pela professora Angela, à criação dos recursos hipermídia, à construção do site para agregar a reportagem e à escrita deste relatório. As últimas mudanças na redação da reportagem foram registradas no final de outubro.

Nesta etapa foi definido o uso dos recursos gráficos e elementos visuais. Entre os recursos hipermídia, quatorze gráficos compõem a visualização dos dados na reportagem, além de fotos, subtítulos, hiperlinks, olhos e outros recursos visuais.

A construção do site teve início no final de outubro com a definição da hospedagem e compra do domínio carolinavignali.com. O sistema escolhido foi o WordPress, que permitiu a inserção de todos os conteúdos. Alguns desafios foram encontrados durante a diagramação do site, já que a estrutura de colunas escolhida exigiu constantes revisões quanto ao alinhamento entre texto e elementos visuais.

Próximo à data da entrega, o site foi adaptado em layout responsivo, de forma a permitir a leitura pelos dispositivos móveis. Vale ressaltar que a experiência de leitura do produto foi pensada no layout web, para computadores, mas ele está acessível nos celulares também. O site foi finalizado e divulgado a partir do dia quinze de novembro, com a entrega deste relatório e do projeto experimental do Trabalho de Conclusão de Curso.

4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru tem cerca de dezenove mil palavras ou cento e treze mil caracteres. A reportagem traz relatos de treze fontes, sendo que seis fazem parte da equipe das duas entidades de acolhimento familiar em Bauru, cinco são famílias acolhedoras do município, uma é o promotor de Justiça da Infância e da Juventude da 13ª Promotoria de Justiça de Bauru e, por fim, a coordenadora da entidade de acolhimento familiar do Distrito Federal e membro da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora.

Quatorze gráficos complementam a narrativa longform hipermídia, que foi construída de acordo com as propostas da pauta (Apêndice A), de guia para cada etapa da execução. Este capítulo justifica as escolhas do público de interesse e do design gráfico-editorial, além de apresentar os custos da produção.

4.1 Público de interesse

Por se aprofundar no funcionamento do serviço de acolhimento familiar em Bauru, o público de maior interesse são as pessoas que residem no município. Ainda assim - tendo em vista o caráter nacional e as entidades de diversas cidades que realizam esse serviço - a reportagem busca atingir a população em geral, visto que cabe à toda sociedade assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Uma vez que a reportagem foi entregue em um site, o leitor precisa ter acesso à internet para realizar a leitura.

Levando em consideração a motivação e objetivos, o produto visa atingir uma parcela da sociedade ligada às causas sociais e à defesa de direitos. Em especial, pessoas em potencial para se sensibilizarem com o tema e que se mobilizem em dar continuidade à divulgação, apoiar o serviço ou ainda se tornar família acolhedora.

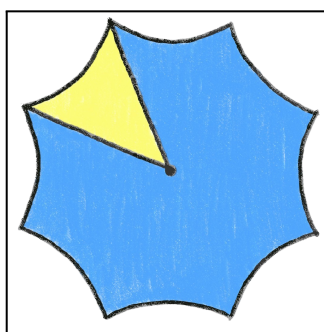
4.2 Design gráfico-editorial

A construção da reportagem no site foi feita em duas colunas: uma maior à esquerda para a narrativa e as imagens e uma menor à direita para outros recursos (gráficos, olhos, elementos visuais). A autora desenvolveu uma identidade visual própria para o projeto que

conta com um logotipo, paleta de cores e tipografia principal. As fontes escolhidas para o projeto foram Times New Roman e Open Sans.

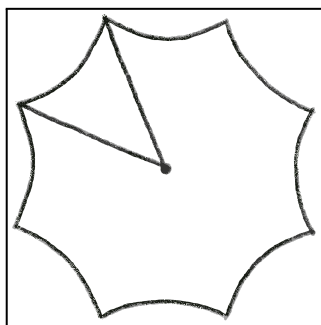
O logotipo foi inspirado no símbolo nacional do serviço de família acolhedora: o guarda-chuva. Trata-se de um desenho digital de um guarda-chuva visto de cima, quando aberto. Os traços foram feitos à mão com uma ferramenta que remete ao traço do giz de cera, de maneira a lembrar o desenho de uma criança. Também foram usadas duas variações sem cores do logotipo: apenas com os traços e apenas com o contorno externo.

Figura 1 - Logotipo da reportagem



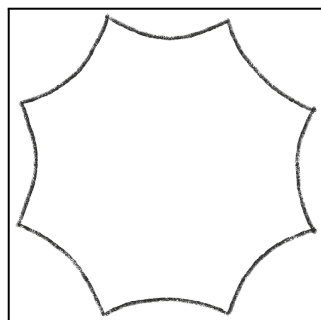
Fonte: Produção da própria autora

Figura 2 - Logotipo da reportagem vazado



Fonte: Produção da própria autora

Figura 3 - Logotipo da reportagem contorno



Fonte: Produção da própria autora

A visão superior buscou ser uma alternativa ao símbolo do guarda-chuva usado no logotipo nacional disponibilizado pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Figura 4 - Logotipo nacional da família acolhedora

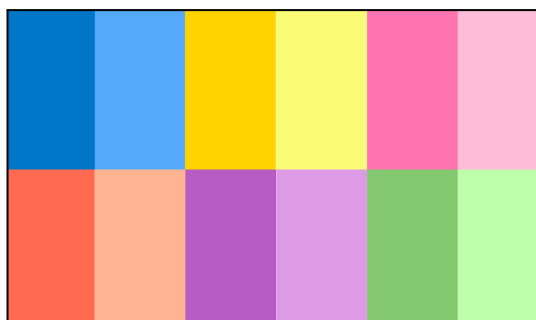


Fonte: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Uma das partes do desenho do guarda-chuva do logotipo desta reportagem está destacada em outra cor e alude a uma representação gráfica, que foi essencial para a visualização dos dados sobre o serviço de acolhimento no Brasil na reportagem. A parcela em cor amarela remete às pequenas porcentagens dos acolhimentos em família acolhedora frente a maioria dos acolhimentos institucionais, em cor azul, tanto em Bauru como no Brasil.

A escolha pelas cores primárias azul e amarela alude à infância. Buscou-se representar segurança e calma, por meio do azul, e alegria e leveza, por meio do amarelo. Variações do tom e outras cores foram necessárias na paleta da identidade visual para o uso nos gráficos. As demais cores são complementares: amarelo e roxo, azul e laranja, verde e rosa.

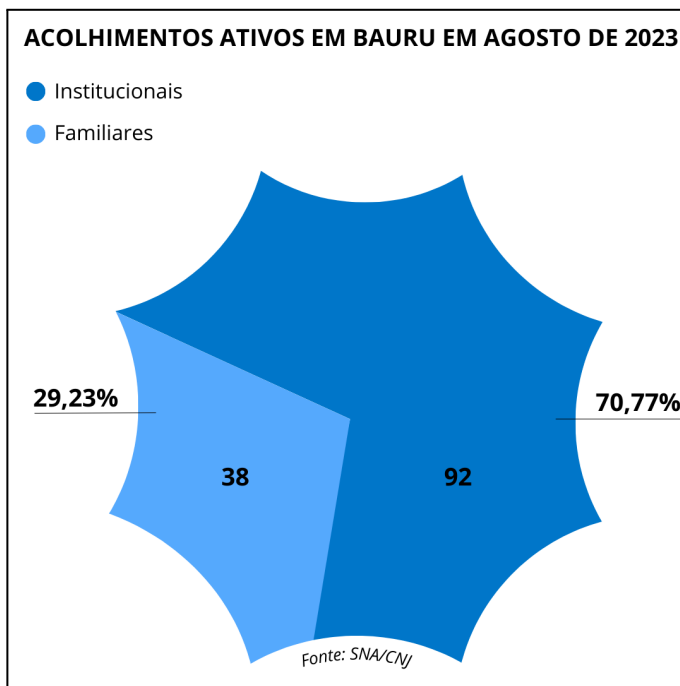
Figura 5 - Paleta de cores do projeto



Fonte: Produção da própria autora

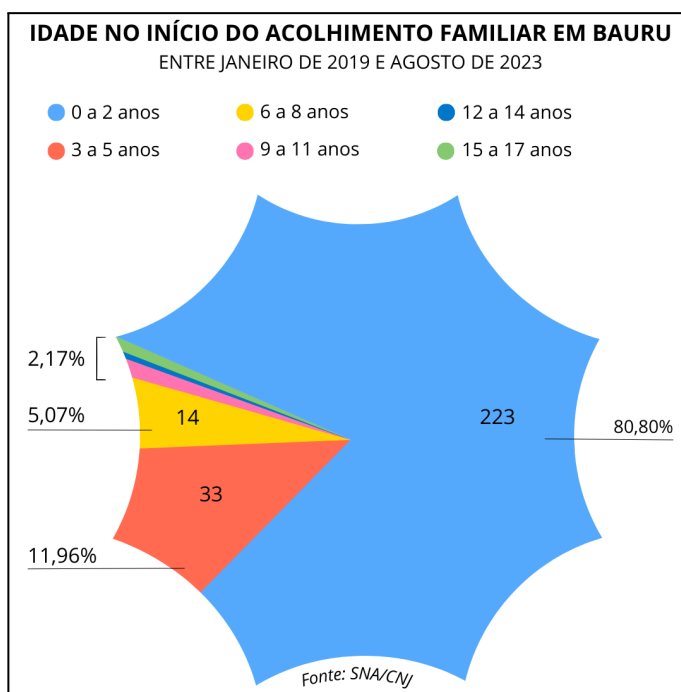
Uma vez que a maioria das visualizações buscou trazer comparações por meio das porcentagens, o gráfico de pizza foi o mais utilizado. Para acompanhar a identidade visual, os gráficos foram recortados no formato de guarda-chuva do logotipo, sem acarretar prejuízo na compreensão pelo leitor. Em dois casos com mais informações inseridas, os gráficos de pizza foram mantidos no formato padrão de círculo para não impactar o entendimento.

Gráfico 1 - Acolhimentos ativos em Bauru em agosto de 2023



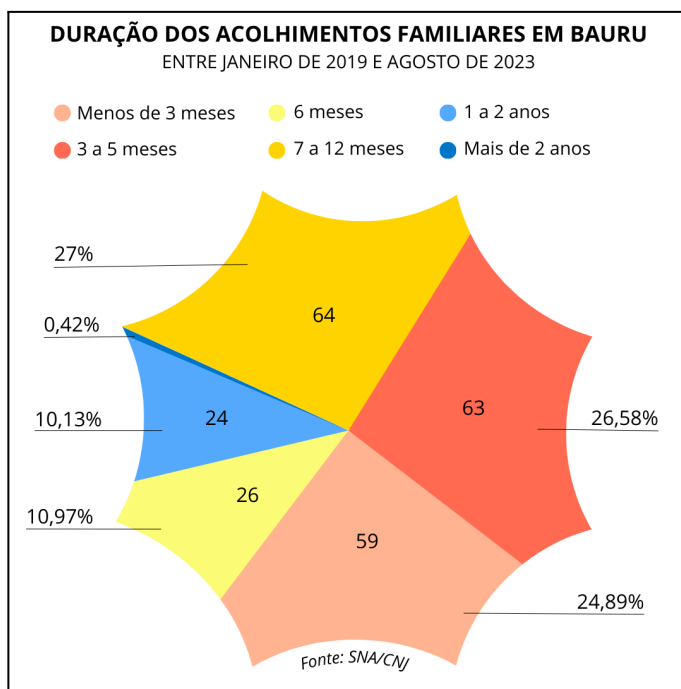
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 2 - Idade no início do acolhimento familiar em Bauru entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



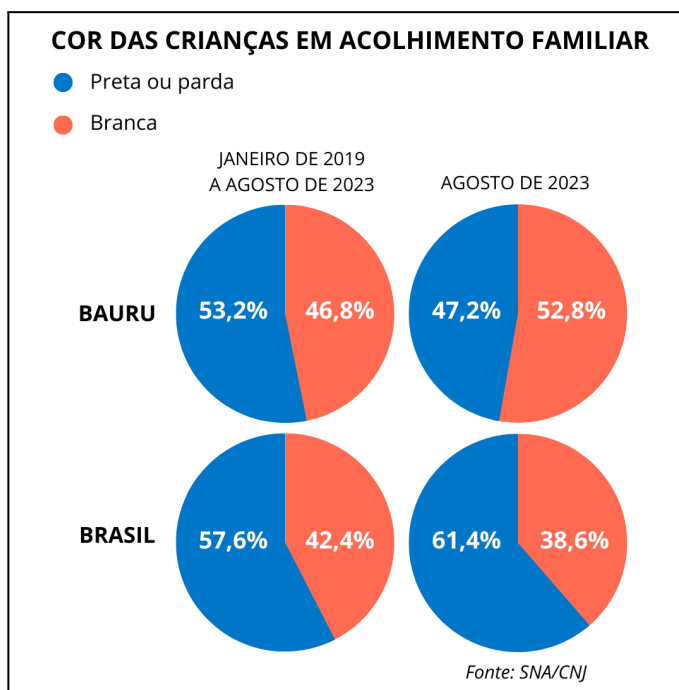
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 3 - Duração dos acolhimentos familiares em Bauru entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



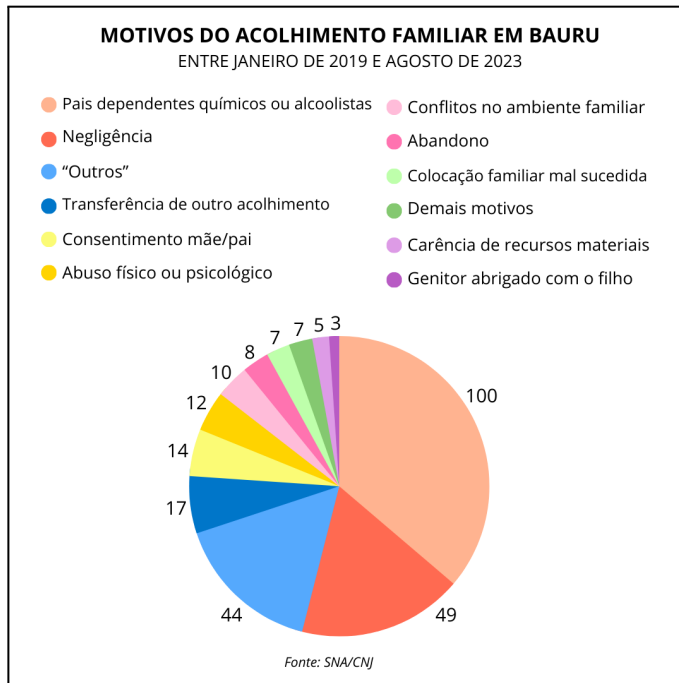
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 4 - Cor das crianças em acolhimento familiar em Bauru e no Brasil



Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 5 - Motivos do acolhimento familiar em Bauru entre janeiro de 2019 e agosto de 2023

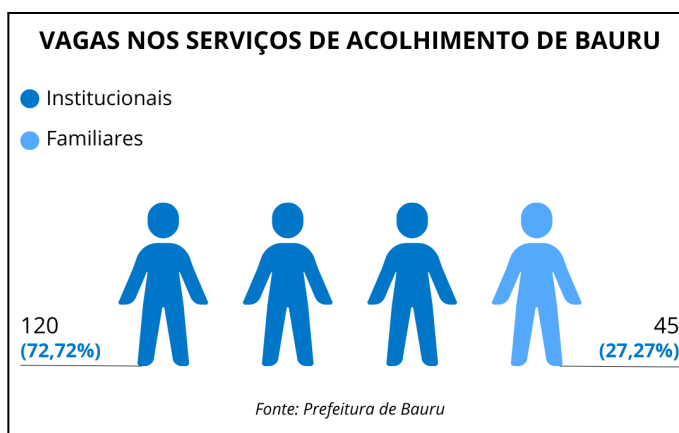


Fonte: Produção da própria autora

A padronização de algumas cores foi necessária devido ao uso recorrente nas legendas dos quatorze gráficos. Ficou definido que o azul escuro simboliza os acolhimentos institucionais e o azul claro, os acolhimentos familiares. O laranja claro foi usado para

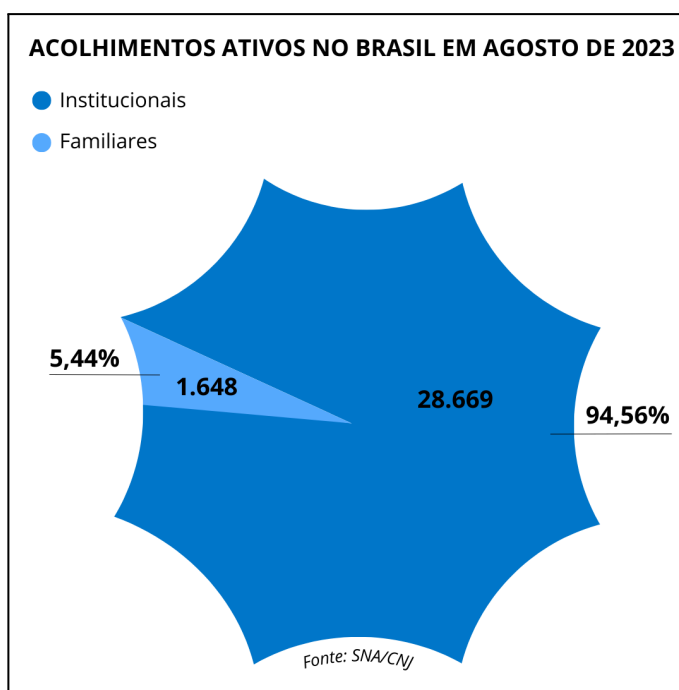
simbolizar a adoção. Quanto aos gráficos sobre a cor de pele, o azul representa as cores preta e parda; e o laranja escuro, a cor branca.

Gráfico 6 - Vagas nos serviços de acolhimento de Bauru



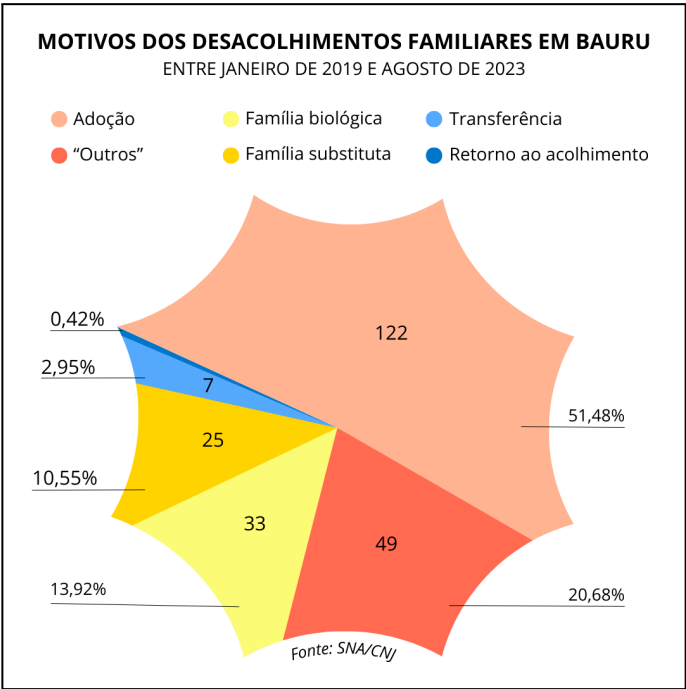
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 7 - Acolhimentos ativos no Brasil em agosto de 2023



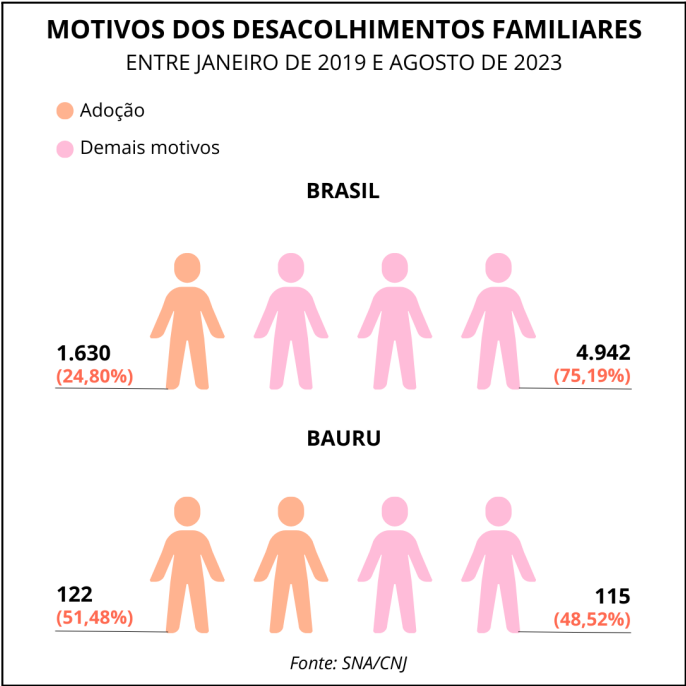
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 8 - Motivos do desacolhimento familiar em Bauru entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



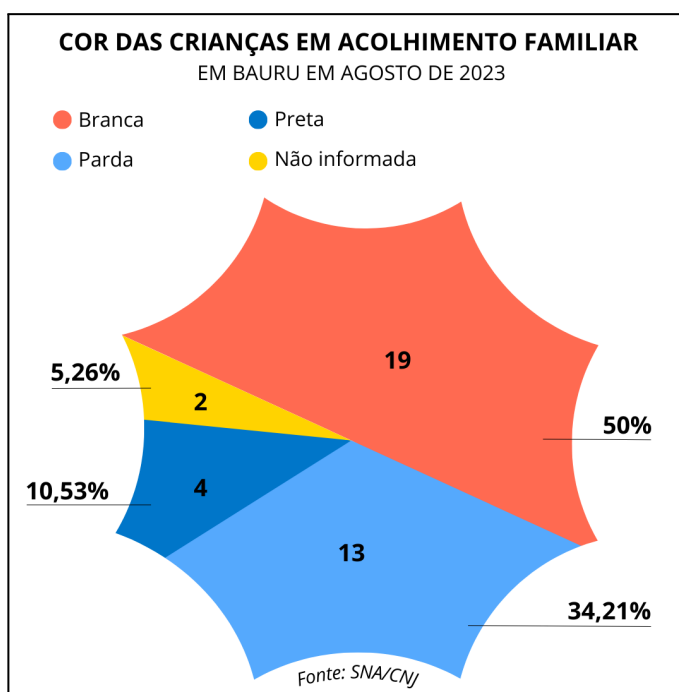
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 9 - Motivos do desacolhimento familiar entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



Fonte: Produção da própria autora

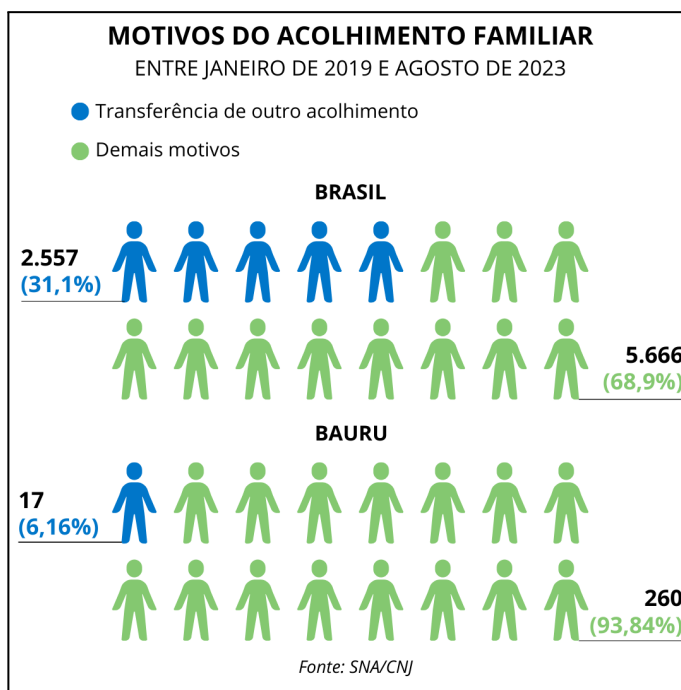
Gráfico 10 - Cor das crianças em acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023



Fonte: Produção da própria autora

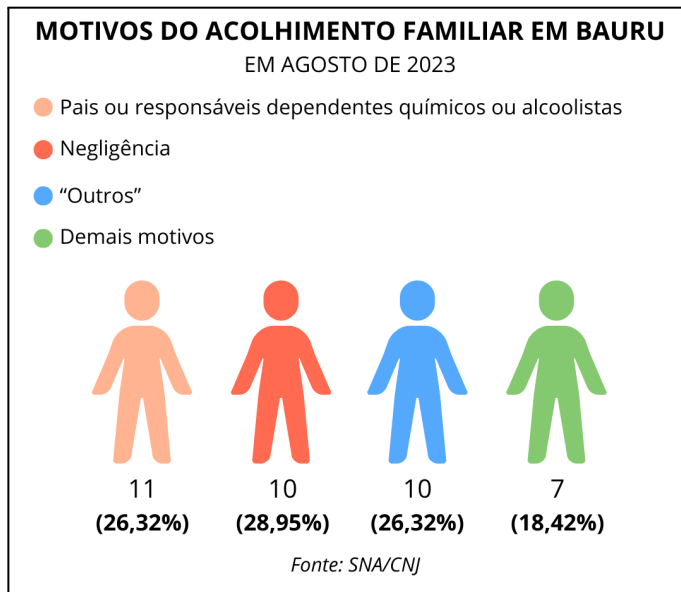
Nos gráficos sobre motivos para o acolhimento, o azul escuro remete à transferência; o azul claro simboliza o motivo “outros”; o laranja escuro, a negligência; laranja claro, pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas; e o verde escuro, demais motivos. Nos demais casos, o uso das cores se deu de acordo com a legenda do gráfico.

Gráfico 11 - Motivos do acolhimento familiar entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



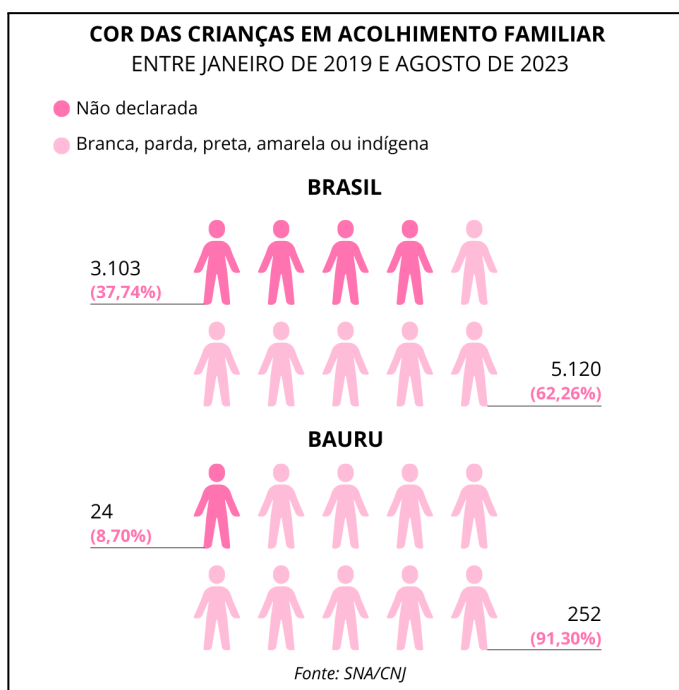
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 12 - Motivos do acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023



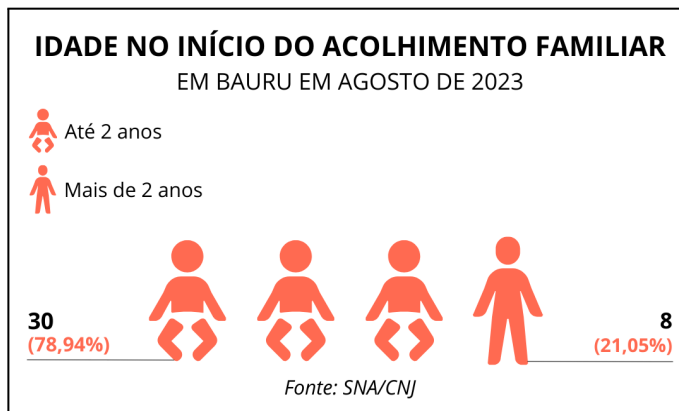
Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 13 - Cor das crianças em acolhimento familiar entre janeiro de 2019 e agosto de 2023



Fonte: Produção da própria autora

Gráfico 14 - Idade no início do acolhimento familiar em Bauru em agosto de 2023



Fonte: Produção da própria autora

Também foram usados gráficos de pictogramas para representar proporções. Nesses casos, por se tratar de pessoas, escolheu-se por não cortar os elementos de acordo com a porcentagem, mas manter os inteiros, respeitando a proporção. Apenas um dos gráficos não foi legendado por meio das cores: um gráfico de pictogramas que usou dois elementos diferentes para visualização de idades (Gráfico 14).

4.3 Custos de execução

O orçamento para o Projeto Experimental foi de R\$ 320,00. O maior custo se refere à hospedagem e domínio do site usado para a publicação da reportagem, seguido pelo gasto com transporte para as entrevistas e fotografias. As demais ferramentas utilizadas para edição, transcrição e criação de gráficos são gratuitas. Os custos totais seguem abaixo.

Tabela 1 - Gastos do projeto

Descrição	Valor
Hospedagem e domínio do site por três meses	R\$ 175,00
Locomoção para entrevistas	R\$ 100,00
Compra do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado (Sebo)	R\$ 45,00
TOTAL	R\$ 320,00

Fonte: Produção da própria autora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reportagem *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru* alcançou os objetivos de contextualizar, apresentar e desenvolver as questões por trás de um acolhimento familiar. A apresentação dos dados obtidos via LAI comentados e explicados sobre o cenário municipal e nacional do serviço de família acolhedora foi pioneira no jornalismo. Ainda que família acolhedora seja um tema presente nas mídias, o produto contribui com o papel da reportagem jornalística de dar visibilidade às causas sociais de maneira não trivial, mas bem apurada, aprofundada e baseada na realidade.

As conversas com as famílias acolhedoras e pessoas ligadas ao serviço foram uma das bases para encorpar a apresentação da legislação somada às bases de dados. A reportagem buscou ao máximo humanizar o serviço. Ainda assim, foi essencial conciliar as histórias pessoais com as normas de funcionamento - uma vez que o acolhimento familiar não é um assunto do qual a sociedade tem domínio.

Entre os desafios encontrados, um deles foi o grande volume de material coletado. As bases de dados são grandes e pesadas, e as ricas entrevistas renderam várias páginas de transcrição, o que exigiu cautela na redação do texto. Ter em mãos um conteúdo denso afetou a intenção de buscar novas fontes - a fim de representar o cenário por vozes e experiências diversas - devido ao tempo hábil necessário para compilar novas informações. Dentre as famílias acolhedoras, havia o interesse em apresentar arranjos diferentes. Mais uma vez, o tempo hábil não permitiu ampliar o leque de famílias entrevistadas.

Outro desafio encontrado foi a abordagem de famílias de origem, visto que, na maioria dos casos, os pais e mães biológicos perdem a guarda das crianças. Portanto, optou-se por apresentar o serviço por meio do olhar das famílias acolhedoras e das equipes envolvidas. Ainda neste cenário, devido ao fato dos acolhidos e desacolhidos serem menores de idade, a privacidade das crianças foi respeitada e eles não foram abordados nesta reportagem.

Vale considerar que a vídeo chamada colaborou com o produto ao permitir o contato com uma fonte, que estava em Brasília. Nos demais casos, a conversa cara a cara foi fundamental para a qualidade dos relatos e humanização do ato de entrevistar.

Durante a produção da reportagem, a autora foi surpreendida com alguns temas que foram relacionados ao acolhimento: as doenças e infecções sexualmente transmissíveis (IST), o falecimento de crianças acolhidas e as diversas formas de violência que levam a destituição do poder familiar. Ao abordar este cenário, a autora buscou estratégias para respeitar e

humanizar a condução das entrevistas e a análise dos dados, bem como se aprofundou nas pesquisas sobre as violências que atingem as crianças em medida protetiva.

A reportagem permitiu explorar técnicas de análise e exercitar o jornalismo de dados. A organização rigorosa da base do CNJ foi valiosa, ainda assim, vale lembrar que uma parcela dos dados foi eliminada devido a inconsistências nos registros. A publicação do site exigiu alguns aprendizados quando à diagramação. Alinhar os elementos visuais com o texto foi desafiador, bem como adaptar o layout responsivo, permitindo a leitura pelos celulares.

Embora o produto seja extenso quanto ao número de palavras, houve limitações quanto aos temas que envolvem o serviço de acolhimento familiar. Para a escolha, levou-se em consideração as questões mais recorrentes no cenário municipal e, assim, ficaram de fora os assuntos: pais privados de liberdade, desacolhimento por maioria, acolhimento de crianças indígenas, acolhimento e adoção tardios e cenário da adoção. Também caberia melhor explorar a relação entre o racismo estrutural brasileiro e o acolhimento de crianças pretas e pardas, que são maioria nítida no país, mas nem tão óbvia no município.

Algumas histórias não couberam no produto devido à recusa das fontes e à limitação de espaço, como é o caso de outras famílias acolhedoras, de famílias de origem e de uma família acolhedora de Bauru que pôde adotar uma criança com deficiências múltiplas após ser acolhida - já que não havia interesse no perfil dela entre as famílias no cadastro de adoção.

Diferentes abordagens e análises são possíveis diante do produto apresentado, a reportagem abre caminho para sequências com enfoques específicos em ainda mais temas, como a rede socioassistencial e a transferência entre acolhimentos institucionais e familiares.

Diante dos apontamentos, *Sob a guarda da família acolhedora: A experiência de acolher crianças nas casas de Bauru* é um trabalho de credibilidade e relevância social e local, tendo em vista a metodologia utilizada na produção. A autora está satisfeita com o resultado, que considera o auge das reportagens dela desenvolvidas durante os cinco anos de curso. Este produto fecha o ciclo da graduação com sucesso e se propõe a ser uma contribuição para a cidade que a tornou jornalista. A reportagem longform hipermídia apresenta o potencial e a dimensão da medida protetiva de acolhimento em família acolhedora e, com sorte, desperta no leitor o desejo de acolher uma menina ou menino.

Há de se mencionar, por parte das fontes contatadas, o prazer demonstrado ao colaborar com esta reportagem e a satisfação em presenciar o interesse jornalístico em pautar o acolhimento familiar. Quanto ao objetivo de sensibilizar e atingir novas pessoas, as conclusões serão vistas no futuro, com análises posteriores dos dados referentes ao número de famílias acolhedoras na cidade de Bauru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araujo, Tarso. **Guia sobre drogas para jornalistas**. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM/PBPD/Catalize/SSRC, 2017. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Guia-sobre-Drogas-para-Jornalistas-PBPD.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

Assis, Simone Gonçalves; Farias, Luís Otávio Pires. **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf. Acesso em; 30 jul. 2023.

Baccin, Alciane. **A narrativa longform em reportagens hipermídia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade da Beira-Interior (UBI-Portugal), 2017.

Beltrão, Luiz. **Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052020.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

Bauru. **Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**. Bauru, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/fir57>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Bauru. **Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional em Abrigo para Crianças e Adolescentes**. Bauru, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jrLV8>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

Brasil. **Lei nº 12.010, 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 ago. 2009.

Brasil. **Lei nº 13.509, 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção. Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov. 2017.

Brasil. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

Camimura, Lenir. **Família acolhedora: serviço traz benefícios para crianças, municípios e sociedade**. Agência CNJ de Notícias: 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/familia-acolhedora-servico-traz-beneficios-para-criancas-municipios-e-sociedade/>. Acesso em: 20 ago. de 2023.

Ehlers, Luís Claiton Medeiros. **Retorno de adolescentes do serviço de acolhimento em família acolhedora para a sua família de origem: um estudo autoetnográfico**. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7756/1/Lu%c3%ads%20Claiton%20Medeiros%20Ehlers.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

Erbolato, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

Fischer, Mary Clare. Longform: means more than just a lot of words. **American Journalism Review**, Maryland, 17 dez. 2013.

Leandro, Paulo Roberto; Medina, Cremilda. **A arte de tecer o presente: o jornalismo interpretativo**. São Paulo: Media, 1973.

Longhi, Raquel Ritter. O turning point da grande reportagem multimídia. Porto Alegre: **Revista Famecos**. v. 21, n. 3, set.-dez. 2014. p. 897-917.

Longhi, Raquel; Winkes, Kérley. O lugar do longform no jornalismo online. Qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **24º Encontro Nacional da Compós, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, Universidade de Brasília. 2015.

Melo, José Marques de; Assis, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

Moreira, Valentina. Projeto no município de Osasco cria rede de famílias acolhedoras com apoio da USP. **Jornal da USP**: 16 de fev. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/projeto-no-municipio-de-osasco-cria-rede-de-familias-acolhedoras-com-apoio-da-usp/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Pinheiro, Adriana; Campelo, Ana Angélica; Valente, Jane. **Guia de acolhimento familiar**. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2022. Disponível em: <https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Suster, Claudia. **Acolhimento familiar para famílias acolhedoras: Sentidos e significados**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Rio Claro, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_2f6add6e178686d035036f241166d037. Acesso em: 16 set. 2023.

Valente, Jane. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013. Disponível em: <https://familiaacolhedora.org.br/acervo/familia-acolhedora-as-relacoes-de-cuidado-e-de-protecao-no-servico-de-acolhimento-livro-jane-valente/>. Acesso em: 20 set. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Pauta

1. TEMA

Serviço de acolhimento familiar no município de Bauru

2. HISTÓRICO/SINOPSE

O Estatuto da Criança e do Adolescente define como direito da criança e do adolescente “ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Art. 19).

Para tanto, surgem os serviços de acolhimento familiar, uma medida protetiva que visa garantir o cuidado e a proteção de crianças e adolescentes em situação de abandono ou quando seus direitos estão sendo ameaçados ou violados no contexto familiar. Os serviços de acolhimento compõem o Sistema Único de Assistência Social, são eles o Institucional (abrigo e casa-lar) e Família Acolhedora. Segundo o artigo 34 do ECA, “a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional”.

No mesmo artigo, define que “O poder público estimulará o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar” e “A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção”.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) organiza e acompanha o acolhimento temporário de crianças e adolescentes em residências de famílias acolhedoras, previamente selecionadas e preparadas pela equipe técnica. Oferece proteção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar segura.

Quando o retorno à família de origem não é possível, a criança ou adolescente pode permanecer na família acolhedora até seu encaminhamento para adoção. Diferentemente do acolhimento institucional, o acolhimento em família acolhedora é uma modalidade que depende do envolvimento da sociedade civil.

Segundo o Guia de Acolhimento Familiar, do Governo Federal, existem hoje no Brasil aproximadamente 30 mil crianças e adolescentes acolhidos, entre os quais 5% são atendidos em Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora. Essa modalidade, consolidada internacionalmente e corroborada por diretrizes da Organização das Nações Unidas, tem crescido timidamente no país, ainda que seja prioridade em Lei Federal desde 2009.

Retornando ao ECA, encontramos no artigo 98 que as medidas de proteção são aplicáveis

sempre que os direitos reconhecidos na Lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta.

Serviço de Acolhimento Familiar Bauru

Em Bauru, duas entidades prestam Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: Fundação Toledo - FUNDATO (atua desde 2011 e oferece 30 vagas) e Organização da Sociedade Civil Pequenos Obreiros de Curuçã - POC (atua desde 2017 e oferece 15 vagas), em parceria com a Secretaria do Bem Estar Social, dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde se enquadram como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Crianças e Adolescentes.

O artigo 92 do ECA estabelece princípios que as entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar, entre eles, preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; não desmembramento de grupos de irmãos; preparação gradativa para o desligamento.

3. ENFOQUE/ENCAMINHAMENTO

A grande reportagem tem como objetivos apresentar o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora por meio de uma abordagem humanizada, possibilitada pelas histórias das famílias que acolhem e das vivências de entidades que estruturam o acolhimento. A ideia é fornecer informações de maneira que o leitor seja capaz de notar a importância desta medida protetiva individualizada, que envolve a sociedade civil.

Faremos um resgate histórico da inserção do serviço no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como de seu desenvolvimento prático no Brasil, no Estado de São Paulo e no município de Bauru. Em primeiro momento, a ideia é expandir a cobertura da cidade para o âmbito nacional.

Para tanto, será necessário apresentar dados quanto às crianças acolhidas e às famílias acolhedoras desde o nascimento do serviço. A reportagem deve ainda explicar o funcionamento e as atividades programáticas para cada criança acolhida, cujas entidades bauruenses são responsáveis.

Também é importante destacar os motivos que podem levar a medidas protetivas de crianças e adolescentes. A rotina de uma criança acolhida em serviço de Família Acolhedora pode ser explorada na pauta.

A proposta de formato é um texto jornalístico longform, que pode fazer uso de recursos hipermídias, como áudios, vídeos, desenhos. Subtítulos serão bastante importantes para separar os temas.

4. POSSÍVEIS FONTES

a. Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora

A Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora é um grupo de gestores, pesquisadores e lideranças nacionais no assunto, atores governamentais e não governamentais unidos para promover a ampliação do acolhimento familiar no Brasil,

<https://familiaacolhedora.org.br/quemsomos/>

Contato: <https://familiaacolhedora.org.br/contato/>

Coordenadora Claudia de Freitas Vidigal

b. Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)

O MNPCFC faz parte da Coalizão pelo Acolhimento em Família Acolhedora

O Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária - MNPCFC é uma Rede Nacional é uma articulação nacional de Organizações da Sociedade Civil atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária, com foco no fortalecimento das incidências técnica e política e campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes e tem como objetivo fomentar a implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e sua interface com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

<https://www.convivencia.org.br/>

E-mail: movimento.pcfc@gmail.com

Secretário Nacional Patrick Reason 2017-2021

Secretária Executiva Atual Fernanda Flaviana Martins 2022-atual: @fe flaviana

Fundadora Claudia Cabral

c. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

CONANDA é um órgão colegiado permanente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Integrante da estrutura básica do Ministério dos Direitos Humanos, o Conanda é o principal órgão do sistema de garantia de direitos.

Por meio da gestão compartilhada, governo e sociedade civil definem, no âmbito do Conselho, as diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Além de contribuir para a definição das políticas para a infância e a adolescência, o CONANDA também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população infanto-juvenil.

Previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 do ECA

Presidido por: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Presidente(a): Claudio Augusto Vieira da Silva

Governo - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Vice-presidente(a): Marina de Pol Poniwas

Sociedade Civil - Conselho Federal de Psicologia

d. Rede Latino-americana de Acolhimento Familiar (RELAF)

e. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

f. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Secretaria de Bem-Estar Social

No Município de Bauru, foi criado em 1992 através da Lei Municipal 3473/92, com o objetivo de garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente. É um

órgão deliberativo e controlador das políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente, sendo um órgão de composição paritária dos representantes do Poder Público Municipal e Sociedade Civil, sendo composto por um número igual de representantes.

<https://sites.bauru.sp.gov.br/cmdca/>

Endereço: Avenida Alfredo Maia Qd 01 S/N

Fone: (14)3227-3873 / (14) 99836-6740

E-mail: bemestar@bauru.sp.gov.br

Presidente: Natalia Isabele Barbe (Gestão 2022/2024)

Vice-Presidente: Vanessa Nogueira Delveso Neves (Gestão 2022/2024)

- g. Promotoria de Justiça Cível de Bauru do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP)

13º Promotor de Justiça de Bauru/Promotor da Infância e Juventude

Dr. Lucas Pimentel de Oliveira

E-mail: lucasoliveira@mpsp.mp.br

Telefone: 14 99881-0013

- h. Serviço de Família Acolhedora da Fundação Toledo - FUNDATO

<https://www.familiaacolhedora.fundato.org.br/>

Endereço: Lázaro Cleto, nº 1-43 Parque Santa Cândida

Email: kaprado@fundato.org.br / grasouza@fundato.org.br

Fone: (014) 3218-7846

Cargos de interesse: assistente social, psicólogo, coordenador, cuidador e auxiliar administrativo

1. Débora Baebe - Assistente Social
14 99647-2670
2. Antonia dos Santos Gomes - Psicóloga
3. Jussara Buzo Sant' Anna - Psicóloga
14 99710-8864
4. Lázara e Geraldo Nogueira - Família Acolhedora
14 99147-9499

- i. Serviço de Família Acolhedora do Pequenos Obreiros de Curuçá - POC

<https://www.oscpocbauru.com.br/about1-clxl1t>

Endereço: Aviador Gomes Ribeiro, 31-50, Vila Córdia (Unidade II)

Email: pocbauru@yahoo.com.br

Fone: 3204-6242

Cargos de interesse: assistente social, psicólogo, coordenador, cuidador e auxiliar administrativo

1. Damaris S. Oliveira - Assistente social coordenadora
2. Keila Andrade de S. Lima - Assistente social
3. Anderson Cara - Psicóloga
4. Cuidadora - Luciene Simões

- j. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Representante do UNICEF no Brasil: Youssouf Abdel-Jelil

Chefe de Proteção da Criança: Rosana Vega

Chefe interina de Saúde e HIV/Aids: Stephanie Bispo Amaral

UNICEF em São Paulo

Avenida Professor Ascendino Reis, 830. Vila Clementino. São Paulo, SP

Chefe do escritório: Adriana Alvarenga

E-mail: saopaulo@unicef.org

Telefone: (11) 3728 5700

k. Banco de fontes ANDI - Comunicação e Direitos

1. Edinalva Severo
2. Fábio José Garcia Paes
3. Irene Rizzini
4. Juliana Maria Batistuta Teixeira Vale
5. Raimunda Caldas Barbosa
6. Renata Mena Brasil do Couto

5. BASES DE DADOS**a. SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)**

- i. BASE NACIONAL:
<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currse1&select=clearall>
- ii. BASE POR ÓRGÃO JULGADOR:
<https://www.cnj.jus.br/sna/estatisticas.jsp>

b. CENSO SUAS - Análise dos componentes sistêmicos da Política Nacional 2017 de Assistência Social

[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202017%20\(1\).pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202017%20(1).pdf)
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmeps/portal-censo/>

6. DOCUMENTAÇÃO

(Prefeitura de Bauru) Prefeitura assina convênio para a implantação do Programa “Família Acolhedora” na segunda-feira

<https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=4040>

(Prefeitura de Bauru) Prefeitura assina convênio para a implantação do Programa “Família Acolhedora”

<https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=4054>

(Governo Federal) Guia de Acolhimento Familiar

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/governo-federal-lanca-guia-de-acolhimento-familiar>

(Governo Federal) Estatuto da Criança e do Adolescente

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

(FDSBC) Caderno de Direito da Criança e do Adolescente

<https://revistas.direitosbc.br/DCA>